

A TRANSFORMAÇÃO DE BELO HORIZONTE VISTA ATRAVÉS DOS PROCESSOS TRABALHISTAS

O acervo de processos trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte, entre os anos de 1941 a 1973, é uma excelente fonte para pesquisas e trabalhos acadêmicos, não somente na área jurídica. Exemplo é a pesquisa que estudou aspectos do crescimento da capital mineira, nas décadas de 1940 a 1970, através de informações colhidas nos referidos processos trabalhistas.

O estudo foi realizado, como trabalho de conclusão do curso de graduação em economia, por Eduardo Matias Campos, que havia trabalhado, anteriormente, como estagiário do TRT da 3ª Região, na organização e catalogação dos processos trabalhistas. E teve como orientador o economista Marcelo Magalhães Godoy, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

O objetivo era levantar dados demográficos e econômicos, não disponíveis em fontes tradicionais como os censos do IBGE, sobre a ocupação do solo urbano pelas atividades econômicas e pela habitação. Para isso, foi selecionada uma amostra das mais de 160 mil ações individuais trabalhistas que tramitaram pelas Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte entre os anos de 1941 e 1970. Amostra composta por 2297 processos, dos quais se consultaram o endereço do reclamante, sua ocupação, sexo e remuneração, o local em que trabalhava, e a atividade e setor econômico do reclamado.

A partir daí a pesquisa levantou variáveis como os bairros e áreas da cidade em que as atividades produtivas e as habitações se distribuíram ao longo do tempo,, a distância entre o local de trabalho e o de habitação, o padrão de remuneração dos trabalhadores e suas distinções por sexo, ocupação, habitação e atividade econômica.

A relevância de uma pesquisa com estas características e objetivos, evidente por si, é realçada pelo fato de que ela foca uma época crucial na história de Belo Horizonte: as três décadas em que a cidade experimentou seu maior crescimento. Cidade planejada, em fins do século 19, para abrigar no máximo 250 mil pessoas, Belo Horizonte chegou em 1940 já perto dessa marca, com 211 mil habitantes. E nos trinta anos seguintes cresceu seis vezes de tamanho, chegando, em 1970, a 1 milhão e duzentos mil habitantes.

Essa verdadeira explosão populacional ocorreu porque, neste período, a capital mineira passou, definitivamente, de mera cidade político-administrativa a grande centro polarizador da economia regional. A pesquisa capta essa transformação.

Assim, na Belo Horizonte da década de 1940, a maior parte dos trabalhadores encontrados nos processos morava ou na região central da cidade ou em áreas então consideradas suburbanas ou mesmo rurais. A região central, onde estavam disponíveis os serviços públicos como infra-estrutura, saneamento, transporte, energia elétrica, era uma área pouco adensada, com muitos lotes vagos. Já as áreas suburbanas, situadas além do limite originalmente previsto para a cidade, a Avenida do Contorno, eram desprovidas desses serviços e de ligações entre si, e às vezes até mesmo com o Centro. Veio daí, talvez, o hábito dos moradores de bairros referirem-se à região central como “a cidade”, ainda presente em alguns belorizontinos mais velhos.

Na década de 1940, quando os dados começam a ser anotados pela pesquisa, muitos trabalhadores ainda moravam na área central, geralmente em cortiços e habitações coletivas, relativamente próximos dos locais de trabalho. Mas essa dinâmica logo mudou. Em primeiro lugar, porque o Centro foi se tornando mais caro, mais povoado, e mais voltado para atividades produtivas como o comércio e a prestação de serviços. Em segundo lugar, porque novas áreas de habitação popular periféricas foram sendo abertas, seja na região leste da cidade, como o estabelecimento dos bairros Sagrada Família, Horto, Esplanada e Instituto Agrônômico a partir da construção de uma estrada de ferro na região, seja na região nordeste, como o estabelecimento dos bairros Renascença e Concórdia a partir do funcionamento de uma fábrica de tecidos no local. Na década de 1940, além do Centro e dos bairros citados nas regiões leste e nordeste, os trabalhadores constantes nos processos tinham endereço no Barro Preto, Santa Efigênia, Bonfim, Floresta, Lagoinha, Carlos Prates, Padre Eustáquio e Santo André.

Na década de 1950, acentuam-se não só a expansão demográfica da capital, recebendo número cada vez maior de imigrantes, como o distanciamento dos reclamantes de seus locais de trabalho. E nos processos, capta-se uma nova dinâmica populacional dos trabalhadores: seu estabelecimento na região Norte, em torno da Avenida Antônio Carlos, recém-aberta, principalmente nos bairros São Cristóvão, Cachoeirinha, Ipiranga, e na região Oeste, seguindo a Avenida Amazonas, que havia sido estendida do Centro até a Cidade Industrial, nos bairros Nova Suíça, Prado, Calafate, Alto Barroca, entre outros.

O estabelecimento da Cidade Industrial na região oeste, nos limites entre Belo Horizonte e Contagem, teve grande impacto na transformação das duas cidades em um polo econômico de peso. Inaugurada em 1946, a Cidade Industrial enfrentou, durante quase uma década, dificuldades para se estabelecer. Não havia fornecimento adequado de energia elétrica para a atividade industrial, e nem uma estrutura mínima de habitação e transporte nas áreas adjacentes. Essa situação só foi solucionada no início da década de 1950, com a criação da CEMIG, e o assentamento das condições básicas de infra-estrutura urbana. A partir de 1954 em diante, com o estabelecimento da siderúrgica Mannesmann, a Cidade Industrial consolida-se definitivamente. E faz surgir a região do Barreiro, uma das regiões áreas mais importantes de BH e Contagem, que agrega vários bairros. Nos processos trabalhistas da segunda metade da década de 1950 já começam a surgir trabalhadores domiciliados na região do Barreiro.

E nos processos da década de 1960, percebe-se a região metropolitana de Belo Horizonte com uma dinâmica econômica tanto industrial quanto comercial e de serviços; se na década de 1940, ainda havia, em cerca de 3% dos processos analisados, trabalhadores do setor primário (agricultura e pecuária), últimos traços do antigo caráter bucólico e provinciano da capital, estes desaparecem da amostra já na década seguinte. E nos anos 1960, as atividades industriais de maior destaque são a Construção Civil, a Siderurgia, a Indústria têxtil e alimentícia, surgindo, também, o setor calçadista. Já no ramo do comércio e serviços, destacam-se o transporte urbano, hotelaria, alimentação e serviços hospitalares, mas a diversidade, especialmente nas atividades comerciais, é notável, e vai se ampliando ao longo do tempo.

Quanto à habitação, há certa estagnação da região leste e, seguindo a tendência da década anterior, aumento de trabalhadores nas regiões norte, incluindo o distrito de Venda Nova, e oeste. Os trabalhadores começam, também, a morar nos municípios vizinhos, cada vez mais distantes dos locais de trabalho, cada vez mais dependentes de transporte coletivo, que na década de 1960, com o fim dos bondes e trólebus, passa a ser exclusivamente o ônibus, e gastando cada vez mais tempo e dinheiro neste transporte. E, finalmente, consolidam-se e expandem-se as favelas na capital, surgidas, na década anterior, principalmente nas áreas acidentadas da região centro-sul e em lotes invadidos e clandestinos nos arredores da estrutura urbana da Cidade Industrial. No Centro, praticamente já não há trabalhadores morando.

Embora algumas realidades tenham mudado ao longo das três décadas cobertas pela pesquisa, outras permaneceram: os trabalhadores da Indústria tem salários ligeiramente superiores aos do comércio e serviços, mas moram mais longe do local de trabalho. Quanto ao gênero dos reclamantes, a proporção entre homens e mulheres, nos processos da amostra, mantém-se em torno da razão de 3 homens para cada mulher, e o salário das mulheres, em comparação ao dos homens que trabalham no mesmo setor, é sempre mais baixo. Na década de 1940 a diferença é a maior: as mulheres ganham, em média, metade do que os homens. Na década de 1960 a diferença cai, mas os homens ainda ganham, em média, cerca de 50% a mais que as mulheres.

A pesquisa mostra, portanto, uma das facetas da transformação de Belo Horizonte, de tranquilo núcleo político-administrativo a grande centro comercial e industrial, sede da terceira maior e mais importante região metropolitana do país. Mostra como o padrão de habitação e transporte dos trabalhadores sofreu a influência dessa transformação, nem sempre em favor dos trabalhadores. E finalmente mostra, uma vez mais, que um acervo como o das ações individuais trabalhistas do TRT-3^a é uma fonte preciosa para relevantes pesquisas.

Rubens Goyatá Campante é doutor em Ciências Políticas pela UFMG e pesquisador da Escola Judicial do TRT-MG